

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 32 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6860026>



GOVERNO BOLSONARO: NOTAS PARA UM BALANÇO HISTÓRICO E POLÍTICO

*Michel Goulart da Silva**

Resumo

Este ensaio tem como objetivo discutir alguns dos aspectos políticos relacionados ao governo Bolsonaro. Procura-se demonstrar a relação entre sua compreensão da realidade com algumas de suas ações políticas. Para tanto, são abordados elementos trabalhados em ensaios e artigos de análise publicados durante o período do governo.

Palavras chave: Ditadura. Governo Bolsonaro. Pandemia

Abstract

This essay aims to discuss some of the political aspects related to the Bolsonaro administration. It seeks to demonstrate the relationship between his understanding of reality and some of his political actions. To this end, working elements have been addressed in essays and analysis articles published during the government period.

Keywords: Bolsonaro Administration. Dictatorship. Pandemic.

O mandato presidencial de Jair Bolsonaro está terminando. Nos últimos quase quatro anos, conforme expresso em diversas análises que publicamos em diferentes momentos, sua gestão foi marcada por polêmicas e críticas, em grande medida por conta de políticas questionáveis e falas com conteúdo polêmico. Neste ensaio serão retomados, de forma sumária, alguns aspectos discutidos em análises anteriores.

De forma geral, tratou-se de um mandato com muitas críticas por parte da população e inclusive uma significativa rejeição, especialmente pela postura de Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19 (SENHORAS, 2020; MARANHÃO; SENHORAS, 2020). Outro elemento de destaque passou por uma exacerbada retórica que flertava com o autoritarismo, mostrando intentos bonapartistas, ainda que não tenha sido expressas nenhuma movimentação concreta no sentido de um golpe por parte de Bolsonaro. Outro aspecto, entre outros tantos que poderiam ser mencionados, passou pela política para a educação, baseada numa pauta conservadora e chegando a colocar os professores como inimigos (SILVA, 2022).

Os flertes autoritários de Bolsonaro se deram ainda antes da posse. Em um de seus arroubos retóricos, chegou a falar em “varrer do mapa os bandidos vermelhos” e, na véspera da posse, discursou contra o “lixo comunista” (SILVA, 2020a). Essas e outras falas marcaram o mandato de Bolsonaro, sempre flertando com a ameaça nunca concretizada de um golpe (SILVA, 2020b). Contudo, ainda que

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). E-mail para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



não tenha realizado um golpe, muitas de suas ações passaram pelo aumento de ações de perseguição e coação por meio, entre outras coisas, do uso de elementos da Lei de Segurança Nacional. Em grande medida isso significou uma capenga tentativa de bonapartismo, ou seja, de um governo que procura se colocar acima das classes sociais, diante de processos de polarização social, procurando manter para as classes dominantes o controle do Estado. Contudo, no caso de Bolsonaro, isso não passou de exercícios retóricos (SILVA, 2022).

Outro tema recorrente passou pelas ações do governo no sentido de fazer apologia da ditadura iniciada com o golpe de 1964. Desde a década de 1980, diante da transição para a Nova República, setores militares elaboram versões revisionistas acerca da ditadura, procurando minimizar o papel da violência política e justificar a perseguição e assassinato dos opositores (SILVA, 2011). Com isso, se antes essas ações se resumiam à apologia ao torturador Ustra, no governo Bolsonaro, entre outras coisas, o Ministério da Defesa passou a publicar comunicados defendendo a “revolução” de 1964. Esses discursos expressam as interpretações e ideologias de uma parcela dos militares que vivenciaram sua carreira militar nas décadas de 1960 e 1970. Eles têm o objetivo de convencer as novas gerações de civis e militares que a historiografia que vem sendo divulgada nas últimas décadas pelos pesquisadores acadêmicos a respeito do golpe e da ditadura seriam distorções dos fatos que teriam “realmente acontecido” (SILVA, 2021a, p. 1).

Portanto, houve no governo Bolsonaro uma certa nostalgia dos tempos da ditadura, inclusive expressando contemporaneamente um anticomunismo inspirado naquele que inspirou o golpe 1964 e as ações da repressão nos anos seguintes (SILVA, 2021b). Essa perspectiva de Bolsonaro é percebida em grande medida por conta do projeto educacional defendido pelo presidente e seus apoiadores ideológicos, que priorizaram o projeto Escola Sem Partido ou suas variantes. Esse projeto denuncia uma suposta doutrinação dos professores em escola e universidades e propõe, por um lado, a criminalização da atividade docente e, por outro, que sejam ensinados não apenas conteúdos com perspectivas teóricas diversificadas, mas inclusive teorias sem fundamentação científica comprovada, como o criacionismo (SILVA, 2019a). Essa política tem relação com a ideia de predominância do “marxismo cultural” nas universidades e nos meios acadêmicos, que estariam formando professores para a doutrinação, ou seja, nova forma de fazer preparar uma transformação revolucionária da sociedade, ocupando espaços na institucionalidade e, dessa forma, preparando a tomada do poder (SILVA, 2020c).

Essas ilusões bolsonaristas acerca dos fatos históricos em certa medida guiaram as ações do governo, que, além de tentar intervir no espaço de trabalho dos professores, também afetou as eleições de reitor em universidades. Por conta da lei que rege as eleições em universidades ter um caráter



antidemocrático herdado da ditadura, Bolsonaro teve a possibilidade de empossar interventores em cerca de vinte instituições, não apenas nomeando candidatos menos votados em seus pleitos, como indicando pessoas que sequer participaram da eleição para assumir a gestão de algumas instituições. Essa postura fere a autonomia, mas, também mostra seu caráter limitado daquilo que está previsto na Constituição de 1988 (SILVA, 2019b).

O processo político que permite a existência de um governo Bolsonaro tem relação com a forma como se deu a transição da ditadura para uma democracia restrita, marcada pela presença não apenas de uma legislação que visa proteger a propriedade privada, mas que também permite aos militares exercer influência sobre as decisões políticas do novo regime (SILVA, 2019c). Diante desse processo, os militares construíram suas próprias representações e interpretações da realidade objetiva e das disputas políticas das últimas décadas. No campo na narrativa histórica, ainda que careçam da análise rigorosa de fontes ou mesmo da compreensão da Teoria da História, o que se tem é um revisionismo, que adapta aos interesses políticos imediatos dos militares a história contada acerca das décadas de 1960 e 1970 (SILVA, 2016).

Contudo, possivelmente a principal marca do governo Bolsonaro foi a sua postura em relação à pandemia. Um principal elemento passa pelo fato de que, a despeito da estrutura disponível, os orçamentos de áreas como saúde e educação estavam escassos e houve a propensão de utilizar critérios ideológicos na definição de políticas (SILVA, 202d). Com isso, diante do avanço da pandemia, o governo acabou demorando a apresentar soluções a problemas básicos que exigiam ações rápidas e imediatas, deixando inclusive faltar itens básicos como medicamentos e respiradores em alguns lugares. Outro problema passou pela questão da vacina, com a protelação das definições sobre sua compra ou mesmo a licitação para a aquisição de agulhas e seringas (SILVA, 2022). Pode-se mencionar ainda uma parte da classe trabalhadora que seguiu trabalhando em fábricas e tendo que se aglomerar no transporte público, mesmo quando não atuavam em serviços essenciais, ou aquelas que foram colocados no teletrabalho mesmo que em suas casas não houvesse o básico de estrutura para realizar suas atividades laborais (SILVA; VELHO; RAQUEL, 2021).

Essa questão das mudanças na forma como aparece o fenômeno das relações de trabalho expressa outro problema, que passava por uma crise econômica que se ligava à política e à sanitária. Um dos aspectos disso passava justamente pelo fortalecimento de grupos econômicos, por meio de fusões e aquisições, como ocorre na educação, e o aumento no enriquecimento de uma pequena parcela da população (SILVA, 2020e; SILVA; VELHO, 2021). Essa situação de crise e as mudanças de conjuntura colocaram para os pesquisadores a necessidade de repensar seu próprio tempo, de tal forma a, por um



lado, dar respostas que ajudassem a sociedade a superar a pandemia e, por outro, auxiliassem na efetivação de uma reflexão que fosse para além da aparência imediata (SILVA, 2020f, 2021c, 2021d).

Esses elementos possibilitam compreender importantes aspectos relacionados não apenas ao governo Bolsonaro, mas também ao próprio regime político em vigor. Em primeiro lugar, o governo é produto de uma dinâmica histórico e política marcada pela polarização da sociedade, expressão da luta de classes, em que alternativas de transformação ou apenas de melhoria da sociedade se mostraram enfraquecidas. Em segundo lugar, diante desse vazio, uma alternativa que prometia ordem e mudanças superficiais acabou ganhando o apoio de uma parcela da população, ainda que não o suficiente para encampar uma alternativa golpista. E, em terceiro, que a gestão da pandemia e o desprezo ao tema dos direitos humanos relacionados à ditadura, mostram um grupo político econômico pouco afeito aos interesses do conjunto da população, sendo expressão máxima disso o conjunto de denúncias de corrupção que mostram membros do governo se apropriando do bem público para garantir seus próprios interesses materiais.

REFERÊNCIAS

MARANHÃO, Romero de Albuquerque; SENHORAS, Elói Martins. “Orçamento de guerra no enfrentamento à Covid-19: entre manobras parlamentares e batalhas políticas”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

SENHORAS, Elói Martins. “Covid-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

SILVA, Michel Goulart da. “Os militares brasileiros e a ‘grande mentira’”. *In*: SOUSA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart da. (orgs.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2011.

SILVA, Michel Goulart da. “Os militares e as representações acerca da ditadura militar (1964-85)”. **Religación**, vol. 4, 2016.

SILVA, Michel Goulart da. “O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar”. **Germinal**, vol. 10, n. 3, 2019a.

SILVA, Michel Goulart da. “A autonomia universitária e suas contradições”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. especial, 2019b.

SILVA, Michel Goulart da. “Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988”. **Aurora**, vol. 12, 2019c.

SILVA, Michel Goulart da. “Ditadura, história e esquecimento no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020a.



SILVA, Michel Goulart da. “O fantasma do golpe na atualidade”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, vol. 2, n. 4, 2020b.

SILVA, Michel Goulart da. “Reflexões sobre o marxismo cultural”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020c.

SILVA, Michel Goulart da. “A pandemia e a importância das Ciências Humanas”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020d.

SILVA, Michel Goulart da. “Trotsky, a pandemia e o capitalismo em crise”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 10, 2020e.

SILVA, Michel Goulart da. “O papel do historiador diante da pandemia”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020f.

SILVA, Michel Goulart da. “O revisionismo contemporâneo e a história escrita pelos militares”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 23, 2021a.

SILVA, Michel Goulart da. “O anticomunismo e o golpe de 1964”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 16, 2021b.

SILVA, Michel Goulart da. “A pandemia e a escrita da História no Tempo Presente”. **Resistances**, vol. 2, p. e21059, 2021c.

SILVA, Michel Goulart da. **Brasil no tempo presente**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021d.

SILVA, Michel Goulart da; VELHO, Ricardo Scopel. “Capitalismo, crise e educação”. **Labor**, n. 25, 2021.

SILVA, Michel Goulart da; VELHO, Ricardo Scopel; RAQUEL, Roberta. “Trabalho e educação em tempos de pandemia: relato de experiência”. **Extensão Tecnológica**, vol. 15, 2021.

SILVA, Michel Goulart da. **Governo Bolsonaro: ideologia, política e luta de classes**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 32 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima